



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**PROJETO DE LEI Nº 005/2010**

**DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO  
DE CARTA DE HABITE-SE NO ÂMBI-  
TO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTI-  
ÃO DO CAÍ E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.**

**DARCI JOSÉ LAUERMANN**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Fica a concessão de Carta de Habite-se vinculada à apresentação, pelo proprietário do imóvel, das notas fiscais do material de construção empregado na obra.

**Parágrafo Único** - Tal disposição tem por objetivo o cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 12.868/07, que institui o Programa de Integração Tributária (PIT), visando o combate à sonegação, aumento da arrecadação tributária e aumento no índice de retorno de ICMS do Município.

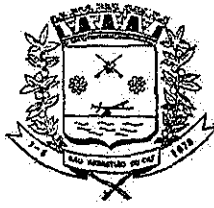
**Art. 2º** - As notas fiscais apresentadas devem ser condizentes com o tamanho e a qualidade da obra, cabendo aos profissionais do Setor de Engenharia a estimativa quanto ao custo dos materiais de construção da obra e sua compatibilidade com o montante de notas fiscais apresentadas.

**Parágrafo Único** - O proprietário da obra deverá ser notificado quanto ao disposto nesta Lei, anteriormente a aprovação do projeto arquitetônico, sendo vedada a aprovação de projeto que não contenha a respectiva notificação.

**Art. 3º** - O habite-se somente será liberado quando o montante de notas fiscais apresentadas for igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado.

**§ 1º** - Na hipótese do laudo apontar que o somatório das notas fiscais apresentadas seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da obra, o proprietário será penalizado com multa de 1% (um por cento) sobre o valor da diferença apurada entre o valor estimado do custo dos materiais de construção utilizados na obra e o somatório das notas fiscais.

**§ 2º** - Nos casos relativos ao disposto no parágrafo primeiro deste artigo, a carta de habite-se somente será liberada após o pagamento da respectiva multa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**Art. 4º** - O proprietário deverá assinar termo de responsabilidade quanto à obrigatoriedade da retenção das notas fiscais da construção, sendo que nenhum projeto arquitetônico poderá ser aprovado sem este termo.

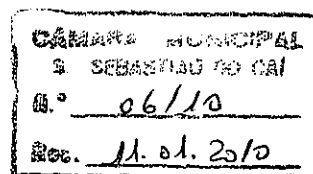
**Art. 5º** - O Município regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

  
**DARCI JOSÉ LAUERMANN,**  
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**Senhor Presidente,**

**Nobres Vereadores,**

Através do anexo Projeto de Lei, o Executivo solicita a autorização desta Câmara para que se cumpra o disposto na Lei 12.868/07, que institui o Programa de Integração Tributária (PIT), visando o combate à sonegação, aumento da arrecadação tributária e aumento no índice de retorno de ICMS do Município.

Para tanto, a concessão de Carta de Habite-se ficará vinculada à apresentação, pelo proprietário do imóvel, de parte das notas fiscais do material de construção empregado na obra.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado nos termos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, 04 de janeiro de 2010.

  
**DARCI JOSÉ LAUERMANN,**  
Prefeito Municipal.